



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº007/2026	Data de Abertura: 02/06/2026 às 09h:00min
Site: www.licitanet.com.br (Sistema do Licitanet)	

OBJETO

Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de lixeiras públicas, destinadas ao acondicionamento de resíduos sólidos, com foco na coleta seletiva, a serem implantadas em vias públicas, praças, praias, áreas turísticas e demais espaços de uso coletivo do Município de Cairu – BA, conforme condições, especificações e quantitativos estabelecidos neste instrumento. A contratação visa atender às necessidades da Secretaria Municipal de Ordem Pública do Município de Cairu, Estado da Bahia, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência, no edital e em seus anexos, em observância à legislação aplicável.

VALOR TOTAL ESTIMADO

R\$ 700.803,00 (setecentos mil, oitocentos e três reais)

Registro de Preços	Vistoria	Instrumento Contratual	Forma de Adjudicação
NÃO	NÃO	TERMO DE CONTRATO	POR GRUPO DE ITEM
Participação de empresas ME/EPP	Reserva Cota ME/EPP	Exige Amostra	
Sim	Não	Não	

Prazo para envio da proposta/documentação

Até 2 horas após a convocação realizada pelo pregoeiro

OBSERVAÇÕES GERAIS

A disputa dar-se-á pelo ABERTO E FECHADO e os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO estabelecido no Termo de Referência.

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

Até 28/05/2026 para o endereço licitacao@cairu.ba.gov.br

IMPUGNAÇÕES

Até 28/05/2026 para o endereço licitacao@cairu.ba.gov.br

CARLOS BENEDITO GUIMARÃES DA SILVA

Pregoeiro

Decreto Nº 3.321, 13 de Novembro de 2025.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. REFERÊNCIA DE TEMPO	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	6
7. DA FASE DE JULGAMENTO	9
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	11
9. DOS RECURSOS	12
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	12
11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	14
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	14



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

EDITAL Nº 019//2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº305/2026

O Município de Cairu, por intermédio do Pregoeiro, designado pelo Decreto Municipal nº 3.321, datado de 13 de novembro de 2025, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Acolhimento das propostas de preços: das 08h:00min do dia 20/05/2026 até as 08h:59min do dia 02/06/2026 (horário de Brasília).

Data da Abertura das propostas: Às 09h00min do dia 02/06/2026

Data da disputa de preços: 02/06/2026 HORÁRIO: 09h10min (horário de Brasília).

Local: www.licitanet.com.br.

Pregoeiro: Carlos Benedito Guimarães da Silva

E-mail: licitacao@cairu.ba.gov.br

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de lixeiras públicas, destinadas ao acondicionamento de resíduos sólidos, com foco na coleta seletiva, a serem implantadas em vias públicas, praças, praias, áreas turísticas e demais espaços de uso coletivo do Município de Cairu – BA, conforme condições, especificações e quantitativos estabelecidos neste instrumento. A contratação visa atender às necessidades da Secretaria Municipal de Ordem Pública do Município de Cairu, Estado da Bahia, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência, no edital e em seus anexos, em observância à legislação aplicável.

2. REFERÊNCIA DE TEMPO

- 2.1. Todas as referências de tempo deste Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no Sistema Eletrônico e na documentação relativa ao certame.
- 2.2. Os interessados deverão observar rigorosamente, as datas e os horários limites para o recebimento e abertura da proposta, como também para o horário de início da disputa.
- 2.3. O horário limite a ser computado para recebimento de documentos solicitados pelo pregoeiro será o comercial (de 08h00min às 17h00min).
- 2.4. Ocorrendo decretação de feriado, ponto facultativo ou qualquer outro fato superveniente, que impeça a realização da licitação, será reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para a divulgação.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Licitanet (www.licitanet.com.br)
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

- 3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 3.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
 - 3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
 - 3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 3.6.11. Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Município de Cairu, durante o prazo da sanção aplicada;
 - 3.6.12. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
 - 3.6.13. Empresa impedida de licitar e contratar com o Estado, durante o prazo da sanção aplicada;
 - 3.6.14. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
 - 3.6.15. Empresa que se encontre em processo de dissolução ou liquidação, recuperação extrajudicial, falência, sob concurso de credores, concordata, fusão, cisão ou incorporação;
 - 3.6.16. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
 - 3.6.17. Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração suspensos ou que tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal
- 3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital.

4.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.5 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.5.1 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.2 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.3 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

- 4.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- 4.11.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1 Valor Unitário de cada item que compõe o GRUPO.
- 5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1 O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.8.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.8.3 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Edital.
- 5.9 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar na sua responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do Grupo.
- 6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).
- 6.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**fechado e aberto**”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

6.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.01 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.02 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

6.21.1.03 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.04 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.01 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.02 empresas brasileiras;

6.21.2.03 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.04 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1 Tratando-se de licitação em grupo ou Lote, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os preços unitários máximos, indicados neste edital, como critério de aceitabilidade.

6.22.2 Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho do grupo ou qualquer outro motivo.

6.22.3 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.4 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.5 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.6 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.7 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.2 SICAF;

7.2.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.2.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.4 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

7.5 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.6 deste edital.

7.7 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.8 **Será desclassificada a proposta provisoriamente classificada como vencedora que:**

7.8.1 conter vícios insanáveis;

7.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8.6 não apresentar a proposta readequada ao lance final, no prazo disponibilizado no sistema pelo Pregoeiro.

7.9 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1.01 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.02 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

7.18 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autêntica.

8.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10 A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.12 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de, **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13 A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

8.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.14.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.17 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.19 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do www.licitanet.com.br.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

- 10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 10.1.5. fraudar a licitação
- 10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.2.1. advertência;
- 10.2.2. multa;
- 10.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, seja por e-mail: licitacao@cairu.ba.gov.br ou por meio da Plataforma no sítio www.licitanet.com.br.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico do Licitanet.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do município, www.cairu.ba.gov.br.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.12. ANEXO I - Termo de Referência

12.13. ANEXO II – Planilha Resumo de Composição da Memória de Cálculo

12.14. ANEXO III – Modelo de Proposta de Preço

12.15. ANEXO IV - Minuta de Contrato

Cairu, Ba, 18 de maio de 2026

Ângelo César Santiago Fahning
Secretário Municipal de Ordem Pública



Prefeitura de Cairu
SECRETARIA DE ORDEM PÚBLICA

EDITAL Nº 019/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 305/2026
ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de lixeiras públicas, destinadas ao acondicionamento de resíduos sólidos, com foco na coleta seletiva, a serem implantadas em vias públicas, praças, praias, áreas turísticas e demais espaços de uso coletivo do Município de Cairu – BA, conforme condições, especificações e quantitativos estabelecidos neste instrumento. A contratação visa atender às necessidades da Secretaria Municipal de Ordem Pública do Município de Cairu, Estado da Bahia, conforme especificações detalhadas no item 1.1 deste Termo de Referência.

1.1 ESPECIFICAÇÃO, QUANTITATIVO DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a **contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de lixeiras públicas**, destinadas ao acondicionamento de resíduos sólidos no Município de Cairu, Estado da Bahia, contemplando o fornecimento e a implantação de **250 (duzentos e cinquenta) conjuntos de lixeiras para coleta seletiva**, conforme especificações técnicas definidas neste instrumento.

A solução visa à reposição e ampliação do mobiliário urbano, com foco na melhoria da limpeza pública, organização dos espaços urbanos e promoção da sustentabilidade ambiental.

GRUPO ÚNICO – AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE KIT DUPLO DE LIXEIRA ECOLÓGICA							
DESCRIÇÃO	UND	Localidade	QTD	Vir. Aquis.	Vir. Instal.	Vir Aquis. + Inst.	Vir Total Estimado
Kit duplo de lixeira ecológica em madeira plástica com tampa, fabricada através de polímeros reciclados, projetada para resistir às condições adversas das intempéries e garantir uma longa durabilidade. Com capacidade de 94 litros cada cesto. A estrutura da lixeira é composta por duas bases, uma inferior e a outra superior, ambas com diâmetro de 50 cm, fabricadas em polietileno injetado, na cor preta. Base superior acompanha tampa, na cor a definir. Quatorze unidades de tábuas em madeira plástica com dimensão de 87 X 22 X 500 mm, na cor ipê, fixadas as bases a partir de vinte e oito parafusos com porcas. Tampa para lixeira em madeira plástica, fabricada de polipropileno injetado, a tampa com abertura frontal e medindo 110 X 390mm. Com suporte "H" duplo, fabricado também em madeira ecológica com palanques 9X9 cm, para fixação do cesto duplo, nas medidas de 150cm x 64cm x 9cm, com base estável e superfície externa lisa. As lixeiras devem ser identificadas com adesivo envernizado e filtro UV, contendo o logo do município em ambos os lados, além de orientações claras sobre o descarte correto dos tipos de materiais, conforme as normas para separação de resíduos recicláveis e não	Kit – 02 lixeiras + Suporte + Instalação	Morro de São Paulo	80	R\$ 2.651,56	R\$ 164,66	R\$ 2.816,22	R\$ 225.297,60
		Boipeba / Moreré	80	R\$ 2.651,56	R\$ 168,41	R\$ 2.819,97	R\$ 225.597,60
		Gamboa	30	R\$ 2.651,56	R\$ 150,81	R\$ 2.802,37	R\$ 84.071,10
		Garapúa	15	R\$ 2.651,56	R\$ 186,83	R\$ 2.838,39	R\$ 42.575,85
		Galeão	5	R\$ 2.651,56	R\$ 145,57	R\$ 2.797,13	R\$ 13.985,65
		Cairu	15	R\$ 2.651,56	R\$ 114,60	R\$ 2.766,16	R\$ 41.492,40
		São Sebastião	5	R\$ 2.651,56	R\$ 184,16	R\$ 2.835,72	R\$ 14.178,60
		Torrinhas	5	R\$ 2.651,56	R\$ 114,60	R\$ 2.766,16	R\$ 13.830,80
		Localidades Diversas	15	R\$ 2.651,56		R\$ 2.651,56	R\$ 39.773,40

Prefeitura de Cairu

Pça. Marechal Deodoro, S/N - Térreo – Centro. CEP: 45420-000

Site: www.cairu.ba.gov.br

Email: seop@cairu.ba.gov.br

CNPJ:14 235.907/0001-44

Telefone: (75) 3653-2281

pág 16



Prefeitura de Cairu
SECRETARIA DE ORDEM PÚBLICA

recicláveis. A parte frontal da lixeira deverá possuir duas placas identificando "Lixo Orgânico" e "Lixo Reciclável"							
		Total	250	-	-	-	R\$ 700.803,00

Os equipamentos deverão ser instalados nos pontos indicados pela Secretaria Municipal de Ordem Pública, conforme planejamento e cronograma a serem definidos pela Administração

JUSTIFICATIVA DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

Para fins de estimativa de valor da contratação, a equipe de planejamento realizou pesquisa de preços em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, considerando valores praticados no mercado para o fornecimento e instalação de lixeiras públicas com características equivalentes, sendo tais referências consideradas suficientes para subsidiar a elaboração do presente Termo de Referência.

As lixeiras extras serão entregues para armazenamento na Sede do Município para uma futura instalação. A planilha de composição de custos segue como anexo I, deste termo de referência.

2. MOTIVAÇÃO / JUSTIFICATIVA

O Município de Cairu, em razão de suas características territoriais, econômicas e ambientais, apresenta demanda permanente por infraestrutura adequada destinada ao acondicionamento de resíduos sólidos em espaços públicos. Trata-se de um município com forte vocação turística e configuração geográfica insular, o que implica elevada circulação de pessoas em determinadas localidades e maior sensibilidade ambiental, especialmente em áreas costeiras e de preservação.

Nesse contexto, as lixeiras públicas constituem elemento essencial do mobiliário urbano, desempenhando papel estratégico na organização dos espaços públicos, na promoção da limpeza urbana e na mitigação de impactos ambientais decorrentes do descarte inadequado de resíduos.

Verifica-se, contudo, que parte significativa dos equipamentos atualmente existentes se encontra em condições inadequadas de uso, em razão do desgaste natural decorrente do tempo, da exposição contínua a condições climáticas adversas — como maresia, elevada umidade e intensa radiação solar —, bem como de danos ocasionados por uso indevido e atos de vandalismo. Tal cenário compromete a funcionalidade dos equipamentos e reduz sua vida útil, exigindo sua substituição.

Adicionalmente, constata-se a insuficiência de lixeiras em pontos estratégicos do Município, sobretudo em áreas de maior fluxo de pessoas, como regiões turísticas, praças, orlas e vias de grande circulação, o que favorece o descarte irregular de resíduos sólidos em locais inadequados, tais como vias públicas, áreas naturais e corpos hídricos.

A ausência ou insuficiência desses equipamentos impacta diretamente a eficiência das ações de limpeza urbana, aumenta os custos operacionais relacionados à coleta de resíduos dispersos e contribui para a degradação ambiental e para o comprometimento das condições de higiene e salubridade pública.

Diante desse cenário, a presente contratação justifica-se pela necessidade de **fornecimento e instalação de novas lixeiras públicas**, com vistas à reposição dos equipamentos inservíveis e à ampliação da cobertura do mobiliário urbano destinado ao acondicionamento de resíduos sólidos.

A solução adotada contempla não apenas o fornecimento dos equipamentos, mas também sua adequada instalação nos locais indicados pela Administração, assegurando a correta implantação, estabilidade, segurança e funcionalidade das lixeiras, de forma padronizada e compatível com as características dos espaços públicos do Município.

Adicionalmente, a solução prioriza a utilização de equipamentos com maior resistência e durabilidade, especialmente adequados às condições ambientais locais, o que contribui para a redução de custos com reposição frequente, manutenção corretiva e intervenções emergenciais, assegurando melhor relação custo-benefício ao longo do ciclo de vida dos bens.

A disponibilização de lixeiras com identificação adequada para coleta seletiva contribui para o fortalecimento das políticas públicas de gestão de resíduos sólidos, incentivando a segregação correta dos resíduos e promovendo a educação ambiental da população e dos visitantes.

Prefeitura de Cairu

Pça. Marechal Deodoro, S/N - Térreo – Centro. CEP: 45420-000

Site: www.cairu.ba.gov.br

Email: seop@cairu.ba.gov.br

CNPJ:14 235.907/0001-44

Telefone: (75) 3653-2281

pág 17



Prefeitura de Cairu
SECRETARIA DE ORDEM PÚBLICA

A contratação também se alinha às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), especialmente no que se refere à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, à redução dos impactos ambientais e à promoção de práticas sustentáveis na gestão urbana.

Por fim, destaca-se que a presente contratação atende aos princípios da eficiência, economicidade, sustentabilidade e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021, configurando-se como medida necessária e adequada para o aprimoramento da infraestrutura urbana, a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida no Município de Cairu – BA.

3. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL

O Município de Cairu, Território de Identidade do Baixo Sul do Estado da Bahia-Brasil, à aproximadamente 308 km de Salvador, possui a totalidade territorial formado por um arquipélago composto por 26 ilhas e área total de 448,846 km², população estimada em 17.761 habitantes (IBGE, 2022) apresenta uma densidade demográfica de 39,57 hab./km², sendo uma das mais altas do país. Dentre esses habitantes, 52,99% residem em áreas urbanas e 47,01% em áreas rurais.

Dados do censo, demonstram que 44,8% de domicílios possuem esgotamento sanitário adequado, 69,6% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 20% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). (IBGE, 2022)

O estudo técnico do PGRIS (UFC, 2010) destaca a evolução populacional no Município de Cairu. Este crescimento é evidente na distribuição espacial entre a sede municipal, os principais polos turísticos, vilas e povoados. A atração do fluxo migratório para as zonas de atividade turística resultou na expansão do perímetro urbano nessas áreas. Portanto, a atividade turística tem desempenhado um papel significativo na remodelação do espaço urbano em Cairu, especificadamente em relação a população flutuante, composta por veranistas, pessoas que ocupam domicílios residenciais de temporada, trabalhadores temporários e hóspedes que ocupam instalações de pousadas e hotéis, além de visitantes transeuntes diários.

Estas alterações incluem a conversão de residências em pousadas e albergues, o aparecimento de novos estabelecimentos de serviços e comércio, e a ocupação e criação de novas vias públicas, o que impulsiona o crescimento e a expansão da malha urbana.

O município está geograficamente distribuído em 14 localidades (sede municipal, distritos, vilas e povoados). As três maiores ilhas, Tinharé, Boipeba e Cairu, são os locais onde está assentada a maior parcela da população e atividades econômicas, em especial do Turismo. Na Ilha de Cairu, estão localizadas as vilas de Tapuias e Torrinhas, além do núcleo urbano, da sede Municipal. Na Ilha de Tinharé, estão localizados os distritos de Galeão, Gamboa e Morro de São Paulo, as vilas e povoados do Zimbo, Garapuá, Batateira e Canavieiras. Na Ilha de Boipeba, estão localizadas as vilas e povoados de Moreré, Monte Alegre e São Sebastião (Cova da Onça) e o Distrito de Velha Boipeba.

As suas características naturais, aliadas a um clima tropical úmido com temperatura média anual de 25,3° (BAHIA, 2001) faz com que a localidade reúna condições altamente favoráveis para o turismo durante a maior parte do ano, visto que os períodos de chuva se concentram apenas entre os meses de abril e julho (SANTOS, 2002).

De acordo com fontes oficiais, apresenta índice pluviométrico anual superior a 2.000 milímetros (SEI, 2019), agindo sobre uma litologia formada pelos grupos: brotas; taipus-mirim; e algodões (IBGE, 2020), que deram origem a solos característicos de zonas litorâneas, como Espodossolo e Gleissolo. Também foram formados argissolo e neossolo, consequentemente, possibilitando a formação de floresta ombrófila densa arbórea, arbustiva e restinga (SEI, 2019; IBGE, 2020).

Prefeitura de Cairu

Pça. Marechal Deodoro, S/N - Térreo – Centro. CEP: 45420-000

Site: www.cairu.ba.gov.br

Email: seop@cairu.ba.gov.br

CNPJ:14 235.907/0001-44

Telefone: (75) 3653-2281

pág 18



Prefeitura de Cairu
SECRETARIA DE ORDEM PÚBLICA

O Município mostra-se diversificada nas suas formas de relevo apresentando-se em sua maioria recoberto com vegetação da mata atlântica, manguezal e restinga. A mata atlântica encontra-se em diversos estágios de regeneração e apresenta uma enorme diversidade de espécies animais e vegetais; a área de manguezal é composta por uma vegetação adaptada a solos saturados em água, anaeróbios e salinos; já a restinga é composta por campos ralos de gramíneas e matas fechadas que cobrem os terraços arenosos. Compondo um cenário típico de litoral, apresenta uma modelagem natural de relevo formado por planícies marinhas e fluviomarinhas, recortado com a presença de morros, barras, baías e recifes.

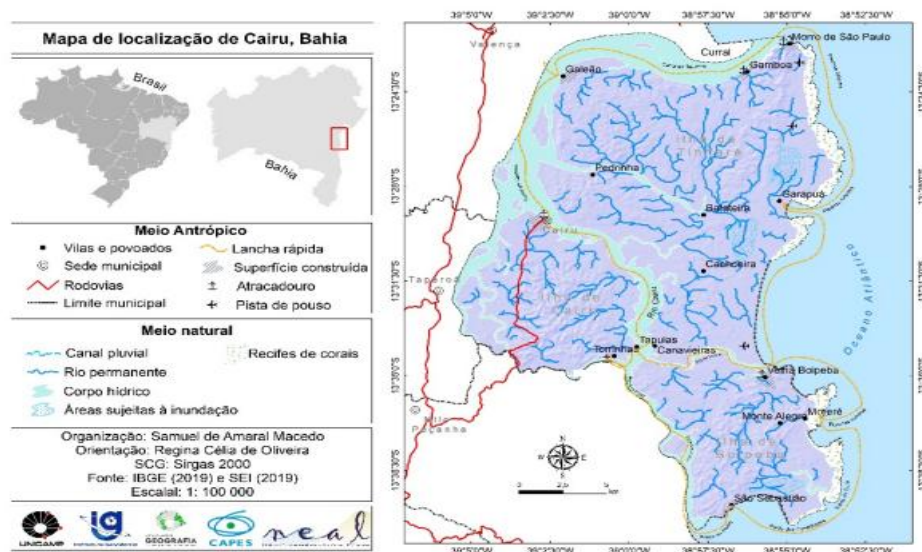


Figura 1 : Mapa de localização do município de Cairu, Bahia, 2018.

O Arquipélago de Tinharé, composto por suas três ilhas principais, é reconhecido pela sua importância ecológica, com expressivos ativos ambientais, notadamente por suas belezas naturais e paisagísticas. Em 1992 foi incorporada como unidade de conservação estadual, transformando-se em Área de Proteção Ambiental das Ilhas de Tinharé e Boipeba, que abrange duas ilhas do arquipélago de Tinharé, concebida na categoria de unidade de conservação de uso sustentável, tendo seu plano de manejo aprovado em 1998 pelo CEPRAM (Conselho Estadual de Meio Ambiente).

A Ilha de Cairu também está inserida em unidade de conservação estadual, a APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança (Decreto Estadual nº 8.552 05 de junho de 2003), abrangendo também os Municípios Valença, Taperoá, Nilo Peçanha, Wenceslau Guimarães, Teolândia, Jequiriça e Ubaíra. Logo todo o território do Município Arquipélago se encontra em área de conservação ambiental amparada em legislação, em especial, a Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, regulamenta o art. 225, § 1, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Esta lei institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, onde abriga toda regulamentação ambiental do território municipal.

As APAs são uma categoria de unidade de conservação criada no Brasil em 1981, que têm como principal característica o fato de buscar conciliar o desenvolvimento sustentável de seu território com a proteção ambiental, no mote da sustentabilidade. As terras permanecem sob o domínio particular, mas estão sujeitas, a restrições de uso do solo e dos recursos naturais, de acordo com os objetivos de proteção da área, através de ações de

Prefeitura de Cairu

Pça. Marechal Deodoro, S/N - Térreo – Centro. CEP: 45420-000

Site: www.cairu.ba.gov.br

Email: seop@cairu.ba.gov.br

CNPJ:14 235.907/0001-44

Telefone: (75) 3653-2281 pág 19



Prefeitura de Cairu
SECRETARIA DE ORDEM PÚBLICA

planejamento territorial e gestão ambiental. A APA também busca estimular o desenvolvimento regional, respeitando as expectativas e as necessidades das populações tradicionais.

As características centrais do arquipélago e as razões da sua importância ecológica residem essencialmente no ecossistema estuarino em equilíbrio com a costa atlântica com a presença de recifes de coral, extensas praias recortadas de enseadas, associadas a uma cobertura vegetal muito diversificada, que são ecossistemas de grande fragilidade e de grande valor conservacionista. (PGIRS, 2010).

O Município Arquipélago representa uma área de excepcional interesse ambiental, se apresentando como um conjunto de rara beleza cênica e diversidade cultural, devendo ampliar seus mecanismos de planejamento e controle para assegurar a manutenção de seus ativos socioambientais aliando a sua principal atividade econômica, o turismo, balizado nas premissas da sustentabilidade.

De acordo com Macedo *et al.* (2022), a dinâmica do uso e cobertura da terra no município de Cairu, Bahia, tem passado por mudanças significativas. Com a evolução e descoberta de vários atrativos turísticos, tanto naturais como culturais, aliados a novas dinâmicas de comunicação e acessibilidade, o município inicia uma nova fase de investimentos públicos e privados, elevando sua categoria para o terceiro destino turístico mais visitado na Bahia, recebendo aportes de programas do Governo Estadual e Federal, dentre os incentivos previstos para o setor. Cairu passa de um município essencialmente rural, com atividades vocacionadas para extração vegetal, mariscagem e pesca, para um destino turístico reconhecido internacionalmente.

Fruto desse novo cenário, a evolução do turismo em Cairu tem sido marcada por avanços e desafios. Embora tenha contribuído para o desenvolvimento econômico do município, também tem levantado questões sobre a distribuição equitativa dos benefícios do turismo e a necessidade de um planejamento adequado para garantir a sustentabilidade a longo prazo. Os indicadores revelam um crescimento exponencial de população migratória de municípios vizinhos, incrementados na alta estação, por uma vertente em busca de ocupação e renda, e de outra o fluxo de visitante e turistas, que dobra a capacidade nas localidades.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (art. 6º, XXIII, “c” e “e” da Lei n. 14.133/2021).

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de lixeiras públicas, destinadas ao acondicionamento de resíduos sólidos, especialmente voltadas à coleta seletiva, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Ordem Pública do Município de Cairu, Estado da Bahia, conforme as especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

A adoção dessa solução decorre da necessidade de reposição de equipamentos inservíveis e ampliação da infraestrutura urbana de acondicionamento de resíduos, considerando a necessidade de padronização do mobiliário urbano, bem como a execução integrada do fornecimento e instalação dos equipamentos.

Os equipamentos deverão ser fornecidos e instalados em conformidade com as condições ambientais do Município, especialmente quanto à resistência à maresia, umidade e radiação solar, assegurando durabilidade, funcionalidade e adequação ao uso em áreas públicas.

A solução adotada encontra-se fundamentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), que identificou como alternativa mais vantajosa a utilização de lixeiras confeccionadas em madeira plástica com tratamento anti-UV ou material equivalente, em razão de sua maior durabilidade, resistência às condições climáticas do Município e melhor relação custo-benefício ao longo do ciclo de vida dos bens.

a) Fornecimento dos Equipamentos

Compreende o fornecimento de lixeiras públicas destinadas à coleta seletiva, incluindo:

Prefeitura de Cairu

Pça. Marechal Deodoro, S/N - Térreo – Centro. CEP: 45420-000

Site: www.cairu.ba.gov.br

Email: seop@cairu.ba.gov.br

CNPJ:14 235.907/0001-44

Telefone: (75) 3653-2281 pág 20



Prefeitura de Cairu
SECRETARIA DE ORDEM PÚBLICA

- Fornecimento de **250 (duzentos e cinquenta) conjuntos de lixeiras**, conforme quantitativos definidos pela Administração;
- Disponibilização de conjuntos com compartimentos destinados à segregação de resíduos recicláveis;
- Fornecimento de equipamentos novos, sem uso anterior, em perfeito estado de conservação e funcionamento;
- Garantia de padronização quanto a dimensões, cores, identificação visual e características estruturais;
- Atendimento às especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência;
- Compatibilidade com uso em áreas públicas de grande circulação.

b) Características Técnicas e Qualidade dos Materiais

Os equipamentos deverão apresentar padrão de qualidade compatível com uso público intensivo, incluindo:

- Confecção em madeira plástica com tratamento anti-UV ou material equivalente de igual ou superior qualidade;
- Capacidade volumétrica mínima de aproximadamente 90 litros por compartimento;
- Resistência mecânica e estrutural compatível com uso contínuo;
- Alta durabilidade frente às condições climáticas adversas;
- Baixa necessidade de manutenção ao longo do ciclo de vida;
- Acabamento adequado, sem arestas cortantes ou riscos à segurança dos usuários;
- Identificação visual padronizada para coleta seletiva.

c) Logística, Transporte e Instalação

Abrange as atividades relacionadas ao fornecimento, transporte e instalação dos equipamentos, incluindo:

- Transporte das lixeiras até os locais de instalação indicados pela Administração;
- Responsabilidade integral da contratada pelos custos de transporte, carga, descarga e deslocamento;
- Execução da instalação completa dos equipamentos nos pontos definidos;
- Realização de montagem, fixação e adequação ao tipo de solo (terra, areia, concreto, pavimentação, entre outros);
- Utilização de técnicas adequadas que garantam estabilidade, segurança e durabilidade;
- Emprego de ferramentas, equipamentos e mão de obra próprios;
- Cumprimento de cronograma de implantação previamente definido pela Administração;
- Responsabilidade por eventuais danos causados durante transporte ou instalação.

d) Condições Gerais de Execução

A execução do objeto deverá observar condições que assegurem qualidade, eficiência e conformidade contratual, incluindo:

- Execução integral do fornecimento e instalação conforme especificações e prazos estabelecidos;
- Substituição de itens que apresentem defeitos, avarias ou desconformidade;
- Responsabilização da contratada por eventuais falhas na instalação;
- Fornecimento de mão de obra qualificada, equipamentos e insumos necessários;
- Uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);
- Observância das normas técnicas e de segurança aplicáveis;

Prefeitura de Cairu

Pça. Marechal Deodoro, S/N - Térreo – Centro. CEP: 45420-000

Site: www.cairu.ba.gov.br

Email: seop@cairu.ba.gov.br

CNPJ:14 235.907/0001-44

Telefone: (75) 3653-2281 pág 21



Prefeitura de Cairu
SECRETARIA DE ORDEM PÚBLICA

- Manutenção da padronização dos equipamentos;
- Atendimento às orientações da fiscalização contratual.

e) Condições de Aceitação e Conformidade

A execução do objeto estará sujeita à verificação por parte da Administração, compreendendo:

- Recebimento provisório, mediante verificação inicial do fornecimento;
- Recebimento definitivo, após a instalação e verificação da conformidade técnica;
- Avaliação das condições estruturais, funcionais e visuais dos equipamentos;
- Verificação da adequada instalação e fixação;
- Recusa de itens ou serviços que não atendam às especificações;
- Obrigação de correção ou substituição, pela contratada, de quaisquer inconformidades identificadas.

4.1 Cronograma de Implantação dos Equipamentos

A instalação das lixeiras deverá observar o cronograma físico de execução definido pela Administração Pública, cabendo à contratada cumprir integralmente os prazos estabelecidos para fornecimento, transporte e instalação dos equipamentos nas localidades indicadas.

Localidade	Quantidade	Prazo de Instalação
Morro de São Paulo	80	30 de junho de 2026
Boipeba / Moreré	80	15 de outubro de 2026
Gamboá	30	30 de novembro de 2026
Garapuá	15	30 de novembro de 2026
Galeão	5	30 de novembro de 2026
Cairu	15	30 de novembro de 2026
São Sebastião	5	30 de novembro de 2026
Torrinhas	5	30 de novembro de 2026
Localidades Diversas	15	-
Total	250	—

A Administração poderá promover ajustes no cronograma de execução, mediante comunicação prévia à contratada, em razão de necessidades operacionais, condições climáticas, logística de transporte intermunicipal e peculiaridades das localidades insulares, desde que preservado o equilíbrio contratual e os quantitativos inicialmente previstos. O descumprimento injustificado dos prazos estabelecidos poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas na legislação vigente, no Edital e no respectivo instrumento contratual

5. RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se com a nova contratação os seguintes efeitos:

- 5.1** Ampliação da infraestrutura urbana destinada ao acondicionamento de resíduos sólidos, por meio da disponibilização de lixeiras públicas em quantidade adequada e distribuídas estrategicamente no território municipal.
- 5.2** Melhoria das condições de higiene e salubridade pública, com a adequada disponibilização e instalação de equipamentos que favoreçam a correta destinação dos resíduos sólidos e contribuam para a redução do descarte irregular.

Prefeitura de Cairu

Pça. Marechal Deodoro, S/N - Térreo – Centro. CEP: 45420-000

Site: www.cairu.ba.gov.br

Email: seop@cairu.ba.gov.br

CNPJ:14 235.907/0001-44

Telefone: (75) 3653-2281 pág 22



Prefeitura de Cairu
SECRETARIA DE ORDEM PÚBLICA

- 5.3 Padronização do mobiliário urbano, garantindo uniformidade estética, funcional e visual das lixeiras fornecidas e instaladas, especialmente em áreas de maior relevância turística e circulação de pessoas.
 - 5.4 Garantia da correta instalação dos equipamentos, assegurando estabilidade, segurança, funcionalidade e adequada fixação nos locais definidos pela Administração.
 - 5.5 Aumento da durabilidade dos equipamentos, mediante a utilização de lixeiras fabricadas com materiais resistentes às condições climáticas adversas, especialmente à maresia, umidade e radiação solar.
 - 5.6 Redução da necessidade de reposições frequentes, em razão da maior vida útil dos equipamentos, contribuindo para a racionalização dos recursos públicos.
 - 5.7 Melhoria da eficiência das ações de limpeza urbana, com a ampliação da capacidade de acondicionamento de resíduos em locais estratégicos e com equipamentos devidamente instalados e operacionais.
 - 5.8 Estímulo à coleta seletiva, por meio da disponibilização de lixeiras com identificação adequada para segregação dos resíduos, promovendo a educação ambiental e o descarte consciente.
 - 5.9 Adequação da infraestrutura urbana às características territoriais do Município de Cairu, assegurando atendimento às áreas urbanas e insulares, com correta implantação dos equipamentos.
 - 5.10 Melhoria da organização e valorização dos espaços públicos, contribuindo para a qualidade visual do Município e fortalecimento de sua imagem como destino turístico.
 - 5.11 Segurança dos usuários dos espaços públicos, mediante a disponibilização de equipamentos adequados, estáveis, devidamente fixados e em condições apropriadas de uso.
 - 5.12 Otimização dos recursos públicos, com a adoção de solução integrada que contempla fornecimento e instalação, apresentando melhor relação custo-benefício ao longo do ciclo de vida dos equipamentos.
 - 5.13 Cumprimento do cronograma de implantação previamente definido pela Administração, assegurando a execução ordenada e eficiente das instalações.
 - 5.14 Transparência e conformidade legal na contratação, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021
- 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/21)**
- 6.1 A contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, em seus anexos e em sua proposta comercial, assumindo integralmente os riscos e despesas decorrentes da execução do objeto, responsabilizando-se pelo fornecimento e instalação das lixeiras públicas em perfeitas condições de uso, funcionamento e segurança.
 - 6.2 A execução do objeto deverá observar rigorosamente as especificações técnicas, quantitativos, prazos, locais e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, sendo obrigatória a entrega dos equipamentos acompanhados da respectiva nota fiscal, documentação fiscal e certidões exigidas na forma da legislação vigente.
 - 6.3 A contratada deverá assumir integral responsabilidade pela qualidade dos materiais fornecidos e pela adequada execução dos serviços de instalação, observando as normas técnicas aplicáveis, padrões de segurança, critérios de durabilidade e demais exigências legais relacionadas ao objeto contratado.
 - 6.4 Os equipamentos deverão ser novos, sem uso anterior, fabricados com materiais adequados ao uso em áreas públicas e compatíveis com as condições climáticas do Município de Cairu, especialmente quanto à resistência à maresia, umidade e radiação solar.
 - 6.5 A contratada será responsável pelo fornecimento de toda mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais acessórios, meios de transporte e demais insumos necessários à perfeita execução do objeto, incluindo carga, descarga, transporte, montagem, fixação e instalação completa das lixeiras nos locais indicados pela Administração.
 - 6.6 A instalação dos equipamentos deverá observar as características específicas de cada local de implantação, incluindo tipo de solo, condições de acesso e necessidade de fixação adequada, de forma a garantir estabilidade, segurança, funcionalidade e durabilidade das estruturas instaladas.

Prefeitura de Cairu

Pça. Marechal Deodoro, S/N - Térreo – Centro. CEP: 45420-000

Site: www.cairu.ba.gov.br

Email: seop@cairu.ba.gov.br

CNPJ:14 235.907/0001-44

Telefone: (75) 3653-2281 pág 23



Prefeitura de Cairu
SECRETARIA DE ORDEM PÚBLICA

- 6.7 A contratada deverá cumprir integralmente o cronograma de execução previamente estabelecido pela Administração Pública, observando os prazos definidos para fornecimento e instalação dos equipamentos nas localidades indicadas.
- 6.8 A contratada não poderá transferir a terceiros, no todo ou em parte, a responsabilidade pela execução do objeto contratado, salvo nos casos expressamente autorizados pela Administração, nos termos da legislação vigente.
- 6.9 A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos solicitados pela fiscalização contratual, bem como atender prontamente às determinações da Administração relacionadas à execução do objeto.
- 6.10 Os equipamentos e serviços executados estarão sujeitos à verificação e fiscalização por parte da Administração, podendo ser recusados aqueles que não atendam às especificações técnicas, padrões de qualidade ou condições estabelecidas neste Termo de Referência, ficando a contratada obrigada a promover as correções, substituições ou adequações necessárias, sem ônus adicional para a Administração Pública.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

A prestador de serviço será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR GRUPO.

Poderão participar do certame pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto da contratação, que atendam às exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e, quando aplicável, qualificação econômico-financeira, conforme estabelecido no edital.

O julgamento das propostas observará, além do menor preço, o atendimento integral às especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência, sendo desclassificadas aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos.

- 7.1 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
 - 7.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
 - 7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)
 - 7.1.3 A consulta aos cadastros será realizada também em nome do representante legal da Contratada, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
 - 7.1.4 Caso conste na Consulta de Situação do Prestador a existência de Ocorrências Impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
 - 7.1.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 7.1.6 A contratada será convocada para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
 - 7.1.7 É dever da Contratada manter atualizada a respectiva documentação de habilitação ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
 - 7.1.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

Prefeitura de Cairu

Pça. Marechal Deodoro, S/N - Térreo – Centro. CEP: 45420-000

Site: www.cairu.ba.gov.br

Email: seop@cairu.ba.gov.br

CNPJ:14 235.907/0001-44

Telefone: (75) 3653-2281

pág 24



Prefeitura de Cairu
SECRETARIA DE ORDEM PÚBLICA

- 7.1.9 Se a Contratada for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 7.1.10 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições

7.2 Habilitação Jurídica:

- 7.2.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 7.2.2 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.2.3 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 7.2.4 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.2.5 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.3 Habilitações fiscal, social e trabalhista:

- 7.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 7.3.2 Prova de Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 7.3.3 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 7.3.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 7.3.5 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 7.3.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 7.3.7 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prefeitura de Cairu

Pça. Marechal Deodoro, S/N - Térreo – Centro. CEP: 45420-000

Site: www.cairu.ba.gov.br

Email: seop@cairu.ba.gov.br

CNPJ:14 235.907/0001-44

Telefone: (75) 3653-2281 pág 25



Prefeitura de Cairu
SECRETARIA DE ORDEM PÚBLICA

- 7.3.7.1 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 7.3.8 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 7.3.8.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência;

7.4 Qualificação Econômico-Financeira

- 7.4.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;
- 7.4.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 7.4.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 7.4.4 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 7.4.5 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 7.4.6 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 7.4.7 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 7.4.8 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor anual do contrato.
- 7.4.9 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 7.4.10 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor

7.5 Qualificação Técnica

Para fins de contratação, a empresa deverá comprovar que detém qualificação técnica para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, com o objeto do presente processo. Para tal a proponente deverá apresentar declarações fornecidas por pessoas jurídicas de direito público ou privado certificando a qualidade do serviço prestado pela Contratada, com os seguintes itens:

- a) Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação.
- b) A licitante deverá demonstrar que possui condições operacionais para execução dos serviços, mediante declaração de que dispõe ou disporá, no momento da contratação, de:

Prefeitura de Cairu

Pça. Marechal Deodoro, S/N - Térreo – Centro. CEP: 45420-000

Site: www.cairu.ba.gov.br

Email: seop@cairu.ba.gov.br

CNPJ:14 235.907/0001-44

Telefone: (75) 3653-2281 pág 26



Prefeitura de Cairu
SECRETARIA DE ORDEM PÚBLICA

- Estrutura operacional compatível com o objeto;
- Equipe técnica qualificada;
- Ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços;
- Capacidade para atendimento às ilhas do Município de Cairu.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1** Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento do material contratado, exceto quando isso ocorrer por exigência da Contratante ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas à contratante no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- 8.2** Prestar os serviços em conformidade com as quantidades estabelecidas no presente termo de referência;
- 8.3** Iniciar os serviços no primeiro dia útil subsequente ao recebimento da ordem de serviços (nota de empenho/assinatura do contrato), observando-se todos os prazos estabelecidos neste termo de contrato.
- 8.4** Realizar a instalação, manutenção, conservação, remoção e substituição das lixeiras conforme orientações da fiscalização contratual;
- 8.5** Manter sede, base operacional ou unidade de apoio regional apta ao atendimento das demandas do Município;
- 8.6** Manter estoque mínimo de tampas, suportes e estruturas a fim de garantir reposição rápida.
- 8.7** A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital (Art. 92, inciso XVI, da Lei 14.133/2021).
- 8.8** Elaborar plano executivo de trabalho no prazo máximo de 90 dias após o início das operações.
- 8.9** Responder, por quaisquer danos que venham a causar à União, Estado, Município ou a terceiros, em função do objeto do contrato firmado.
- 8.10** Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrente do cumprimento das obrigações assumidas sem qualquer ônus à CONTRATANTE.
- 8.11** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 8.12** Indenizar, inclusive a terceiros, em consequência de eventuais danos materiais ou institucionais, causados pela CONTRATADA ou seus prepostos, na execução de suas atividades.
- 8.13** Fazer com que os empregados exerçam suas atividades uniformizados em padrão único e utilizem os equipamentos de segurança obrigatórios.
- 8.14** Arcar com todos os custos inerentes à execução do serviço.
- 8.15** Executar os serviços objeto deste termo de acordo com as especificações e/ou normas da ABNT,
- 8.16** Disponibilizar o material de consumo necessário para a realização dos serviços;
- 8.17** Arcar com todas as despesas decorrentes de transporte, alimentação, assistência médica e de pronto socorro de seus empregados;
- 8.18** Promover, por sua conta e risco, o transporte de seus empregados, dos equipamentos, materiais e utensílios necessários à execução dos serviços objeto deste Contrato;
- 8.19** Responder pelas obrigações, despesas, encargos trabalhistas, securitários, previdenciários e outros, na forma da legislação em vigor relativo aos empregados utilizados na execução dos serviços ora contratados, sendo-lhe defeso invocar a existência desse contrato para tentar eximir-se daquelas obrigações ou transferi-las à contratante;

Prefeitura de Cairu

Pça. Marechal Deodoro, S/N - Térreo – Centro. CEP: 45420-000

Site: www.cairu.ba.gov.br

Email: seop@cairu.ba.gov.br

CNPJ:14 235.907/0001-44

Telefone: (75) 3653-2281 pág 27



Prefeitura de Cairu
SECRETARIA DE ORDEM PÚBLICA

- 8.20 Zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo Contratante, atendendo prontamente as observações e exigências que lhe forem solicitadas;
- 8.21 Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente termo, inclusive as obrigações sociais e previdenciárias e trabalhistas dos seus empregados;
- 8.22 Apresentar, sempre que solicitado pela Contratante, folha de pagamento de seus empregados, Guias de Recolhimento das Contribuições Sociais e previdenciárias (INSS, FGTS e PIS), sob pena, em caso de recusa ou falta de exibição dos mesmos, de ser susgado o pagamento de quaisquer faturas que lhes forem devidas, até o cumprimento desta obrigação;
- 8.23 Comunicar ao Contratante, qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços, objeto do presente termo de referência, provocada por empregados da Contratada, inclusive indicando o nome do responsável;
- 8.24 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás, necessários à execução dos serviços objeto do presente contrato, efetuando pontualmente todos os pagamentos de taxas e impostos que incidam ou venham incidir sobre as suas atividades;
- 8.25 Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo, de qualquer natureza, causados à contratante e/ou a terceiros por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria, ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade na execução dos serviços contratados;
- 8.26 Observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas a prestação dos seus serviços; cumprir rigorosamente as disposições da Lei Federal nº 14.133/21.
- 8.27 Obrigação do contratado de exibir os instrumentos de rescisão de contratos de trabalho vinculados à execução do contrato;
- 8.28 Registrar o Contrato no CREA e apresentar o comprovante de pagamento da "Anotação de Responsabilidade Técnica", antes da emissão da primeira fatura.
- 8.29 Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantir a salubridade e a segurança nos acampamentos e nos canteiros de serviços.
- 8.30 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações Fiscal, Previdenciária, Trabalhista e Comercial, inclusive os decorrentes de acidentes de trabalho;
- 8.31 No cumprimento das exigências de segurança, o prestador de serviço deverá elaborar e implementar, de acordo com as normas legais e regulamentares do Ministério do Trabalho e com as da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT pertinentes, em especial Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR); Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO); e Plano de Controle Contra Incêndio (PCI).
- 8.32 A Administração, através de prepostos, por ocasião de cada fiscalização dos serviços contratados, procederá o levantamento dos nomes completos de todos os trabalhadores que se encontram em atividade no local de trabalho, elaborando documento que contenha a lista de tais trabalhadores, verificando a utilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPI pelos mesmos, informando na referida lista a utilização ou não do EPI por cada trabalhador identificado;
- 8.33 Obrigação do órgão ou entidade contratante de suspender os pagamentos devidos ao contratado, caso haja o descumprimento das cláusulas indicadas acima.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

São obrigações da Contratante:

Prefeitura de Cairu

Pça. Marechal Deodoro, S/N - Térreo – Centro. CEP: 45420-000

Site: www.cairu.ba.gov.br

Email: seop@cairu.ba.gov.br

CNPJ:14 235.907/0001-44

Telefone: (75) 3653-2281 pág 28



Prefeitura de Cairu
SECRETARIA DE ORDEM PÚBLICA

- 9.1** Acompanhar e fiscalizar o contrato por 01 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7.º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição;
- 9.2** Proporcionar todas as condições necessárias, para que a CONTRATADA possa cumprir o estabelecido no contrato;
- 9.3** Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual, que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 9.4** Notificar, por escrito, a Contratada na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução do contrato, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas neste Termo de Referência;
- 9.5** A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;
- 9.6** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 9.7** Atestar as Faturas /Notas Fiscais
- 9.8** Efetuar os pagamentos pelos serviços prestados e/ou fornecimentos, dentro dos prazos previstos no contrato, no edital e na legislação;
- 9.9** Exercer o acompanhamento e a fiscalização, por servidores especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 9.10** Publicar o resumo do Contrato e os Aditamentos que houver, no Diário Oficial do Município, conforme determina a Lei 14.133/2021.
- 9.11** Averiguar com antecedência a idoneidade e a regularidade da empresa aos propósitos do edital.

10. DA ESTIMATIVA DE VALOR (art. 6º, XXIII, alínea 'i', da Lei nº 14.133/21)

O valor global estimado é de R\$ 700.803,00 (setecentos mil, oitocentos e três reais).

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa a CONTRATADA que:

- 11.1.1** Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 11.1.2** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 11.1.3** Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 11.1.4** Comportar-se de modo inidôneo;
- 11.1.5** Cometer fraude fiscal e
- 11.1.6** Não manter a proposta.

11.2 Em caso de infração administrativa, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, nos termos da legislação aplicável;

- 11.2.1** Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações

Prefeitura de Cairu

Pça. Marechal Deodoro, S/N - Térreo – Centro. CEP: 45420-000

Site: www.cairu.ba.gov.br

Email: seop@cairu.ba.gov.br

CNPJ:14 235.907/0001-44

Telefone: (75) 3653-2281 pág 29



Prefeitura de Cairu
SECRETARIA DE ORDEM PÚBLICA

contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Administração;

11.2.2 Multa:

- a) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, data a partir da qual o atraso será configurado como inexecução total do objeto;
- b) Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- c) Em caso de outras hipóteses de inexecução parcial, poderá ser aplicada multa compensatória de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, respeitados critérios de razoabilidade e proporcionalidade, considerando os impactos da obrigação inadimplida.

11.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a unidade CONTRATANTE pelo prazo de até dois anos;

11.2.4 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Cairu pelo prazo de até dois anos;

11.2.5 As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.2.3 e 12.2.4 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa.

11.2.6 Eventuais multas aplicadas poderão ser descontadas de pagamentos a serem efetuados.

11.2.7 Também ficam sujeitas às penalidades listadas as empresas ou profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos desta contratação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.3 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na legislação aplicável.

11.4 A penalidade prevista no item 11.2.4 será aplicada por intermédio de deliberação da Administração da Câmara, após regular instrução de processo administrativo de apuração de irregularidade pela unidade CONTRATANTE.

11.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (art. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

12.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

12.2 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput);

Prefeitura de Cairu

Pça. Marechal Deodoro, S/N - Térreo – Centro. CEP: 45420-000

Site: www.cairu.ba.gov.br

Email: seop@cairu.ba.gov.br

CNPJ:14 235.907/0001-44

Telefone: (75) 3653-2281 pág 30



Prefeitura de Cairu
SECRETARIA DE ORDEM PÚBLICA

- 12.3** O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.
- 12.4** O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterà o detalhamento dos serviços executados, sendo que o "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os serviços efetivamente prestados.
- 12.5** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 12.6** Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 12.6.1 Não produziu os resultados acordados;
 - 12.6.2 Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 12.7** Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.
- 12.8** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
- 12.9** Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 12.10** A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
- 12.11** Nenhum pagamento isentará o PRESTADOR DE SERVIÇO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.
- 12.12** Em conformidade com a legislação vigente, será permitido reajuste dos preços contratados, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano a contar da data da proposta ou do último reajuste.
- 12.13** Os preços serão reajustados pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, ou na sua falta, de acordo com o índice que legalmente vier a lhe substituir, ocorrida no período acumulado em 12 (doze) meses, adotando-se a seguinte fórmula:

$$pr = p + (P \times V),$$

Onde: Pr preço reajustado; p = preço atual (antes do reajuste);

V = variação percentual obtida (acumulado nos últimos doze meses),

onde (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente de reajuste.

- 12.14** A CONTRATADA, para obter direito à correção, deverá pleiteá-la por meio de correspondência à PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU, explicitando a forma de aplicação do índice e o valor reajustado em até 02 (duas) casas decimais.
- 12.15** Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito;

Prefeitura de Cairu

Pça. Marechal Deodoro, S/N - Térreo – Centro. CEP: 45420-000

Site: www.cairu.ba.gov.br

Email: seop@cairu.ba.gov.br

CNPJ:14 235.907/0001-44

Telephone: (75) 3653-2281 pág 31



Prefeitura de Cairu
SECRETARIA DE ORDEM PÚBLICA

- 12.16** Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.
- 12.17** A Administração rejeitará, no todo ou em parte, qualquer proposição de fornecimentos e serviço em desacordo com as especificações.
- 12.18** Para o serviço constante do objeto deste termo deverão estar incluídos todos os custos, transporte, frete, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o objeto.
- 12.19** Ficarão por conta da Contratada todas e quaisquer DESPESAS necessárias, para a execução do objeto licitado, inclusive as despesas com transportes e pessoal para o devido fornecimento.

13. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “P”, da Lei nº 14.133/21)

- 13.1** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 13.2** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
- i. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- ii. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 13.3** A Contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 13.4** A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 13.5** Somente a Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
- 13.6** A inadimplência da contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 13.7** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).
- 13.8** O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).
- 13.9** O contratado designará formalmente o preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 13.10** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º)

Prefeitura de Cairu

Pça. Marechal Deodoro, S/N - Térreo – Centro. CEP: 45420-000

Site: www.cairu.ba.gov.br

Email: seop@cairu.ba.gov.br

CNPJ:14 235.907/0001-44

Telefone: (75) 3653-2281 pág 32



Prefeitura de Cairu
SECRETARIA DE ORDEM PÚBLICA

- 13.11** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

14. RESPONSÁVEL PELA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

GESTOR DO CONTRATO **SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA**

Ângelo César Santiago Fahning
Função: Secretário Municipal de Ordem Pública
Tel: (75) 3653-2151
E-mail: seop@cairu.ba.gov.br

FISCAL DO CONTRATO

Elinalva Souza Santos
Função: Diretora de Resíduos Sólidos
Tel: (75) 3653-2151
E-mail: seop@cairu.ba.gov.br

14.1 Fiscalização

- a) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

14.2 Fiscalização Técnica Administrativa

14.2.1 O fiscal técnico administrativo do contrato acompanhará com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados, aferindo se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no contrato subsidiando o gestor com informações para o atesto na nota fiscal, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração, sem prejuízo do devido acompanhamento dos aspectos administrativos, quanto à vigência do contrato, obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como ao controle no tocante a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

14.2.2 Cabe ao fiscal técnico e administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao substituto, em especial:

I - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada;

II - Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária e, em caso de descumprimento, observar as regras expedidas pela Secretaria de Administração.

III - Anotar no Histórico de Gerenciamento do Contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

IV - Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;

V - Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o

Prefeitura de Cairu

Pça. Marechal Deodoro, S/N - Térreo – Centro. CEP: 45420-000

Site: www.cairu.ba.gov.br

Email: seop@cairu.ba.gov.br

CNPJ:14 235.907/0001-44

Telefone: (75) 3653-2281 pág 33



Prefeitura de Cairu
SECRETARIA DE ORDEM PÚBLICA

caso;

VI - Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;

VII - Fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na avença, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;

VIII - Comunicar o gestor do contrato, o término do contrato sob sua responsabilidade, no caso de nova contratação ou prorrogação.

14.3 Gestor do Contrato

14.3.1 Gestão da execução do contrato coordenará as atividades exercidas pela fiscalização técnica administrativa, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, a quem caberá, e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao substituto, em especial:

I) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;

II) emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da instrução do requerimento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

III) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

IV) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, durante a vigência do contrato;

V) manter atualizado o processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no Histórico de Gerenciamento do Contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade ou não de eventuais adequações ao contrato para que atenda a finalidade da Administração;

VI) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos necessário;

VII) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e/ou setorial no cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

VIII) elaborar o relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com as informações sobre a consecução dos objetivos que **tenham justificado a**

Prefeitura de Cairu

Pça. Marechal Deodoro, S/N - Térreo – Centro. CEP: 45420-000

Site: www.cairu.ba.gov.br

Email: seop@cairu.ba.gov.br

CNPJ:14 235.907/0001-44

Telefone: (75) 3653-2281 pág 34



Prefeitura de Cairu
SECRETARIA DE ORDEM PÚBLICA

contratação obtidas durante a execução do contrato, e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

IX) diligenciar para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021 ou pelo agente/setor com competência para tal, conforme o caso.

15. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)

O pagamento será realizado após o recebimento definitivo dos equipamentos instalados, mediante apresentação de nota fiscal e atesto da fiscalização contratual, através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo de até **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal em favor da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU, no CNPJ INDICADO NA ORDEM DE SERVIÇO**, e depois de atestado pela Contratante a execução do objeto licitado de acordo com a execução dos serviços previstos, desde que não haja pendência a ser regularizada pela Contratada.

15.1 Recebimento

- 15.1.1 O objeto será recebido provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 15.1.2 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da Contratada com a comprovação da execução do serviço a que se referem a parcela a ser paga.
- 15.1.3 O fiscal técnico e administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 15.1.4 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico e administrativo do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da entrega dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 15.1.5 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 15.1.6 A Contratada fica obrigado a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 15.1.7 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição do serviço até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).
- 15.1.8 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Prefeitura de Cairu

Pça. Marechal Deodoro, S/N - Térreo – Centro. CEP: 45420-000

Site: www.cairu.ba.gov.br

Email: seop@cairu.ba.gov.br

CNPJ:14 235.907/0001-44

Telefone: (75) 3653-2281 pág 35



Prefeitura de Cairu
SECRETARIA DE ORDEM PÚBLICA

- 15.1.9 Elaborar relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 15.1.10 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 15.1.11 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- I - Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica e administrativa e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;
- II - Emitir termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos produtos recebidos, com base nos relatórios e documentação apresentados; e
- III - Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 15.1.12 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 15.1.13 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 15.1.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto fornecido nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

15.2 Forma de pagamento

- 15.2.1 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.
- 15.2.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 15.2.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 15.2.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 15.2.5 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida

Prefeitura de Cairu

Pça. Marechal Deodoro, S/N - Térreo – Centro. CEP: 45420-000

Site: www.cairu.ba.gov.br

Email: seop@cairu.ba.gov.br

CNPJ:14 235.907/0001-44

Telefone: (75) 3653-2281 pág 36



Prefeitura de Cairu
SECRETARIA DE ORDEM PÚBLICA

Lei Complementar.

16. CONDIÇÕES GERAIS

O presente ajuste vincula-se ao instrumento convocatório pertinente em todos os seus termos e à proposta do contratante, sendo os casos omissos resolvidos de acordo com a legislação aplicável à espécie.

Os casos omissos e as situações não previstas no presente Termo serão avaliados e resolvidos pela Prefeitura Municipal de Cairu - Bahia, por intermédio do seu Departamento Jurídico.

Os serviços prestados para a PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU serão faturados conforme indicado pelo SETOR DE COMPRAS E GESTÃO DE CONTRATOS.

O prazo de execução do presente processo será de 60 meses.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea 'j', da Lei nº 14.133/21)

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

UNIDADE GESTORA	FONTE	PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA/ NATUREZA DA DESPESA
06/01	500/720	2.100	33.90.30.00.00.000 33.90.39.00.00.000

18. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DO INSTRUMENTO.

O presente termo foi elaborado por:

Elinalva Souza Santos

Função: Diretora de Resíduos Sólidos

Tel: (75) 3653-2151

E-mail: seop@cairu.ba.gov.br

A.: _____

Data de assinatura

____/____/____

19. RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO DO INSTRUMENTO.

Cairu, 14 de maio de 2026.

Ângelo César Santiago Fahning
Secretário Municipal de Ordem Pública

Prefeitura de Cairu

Pça. Marechal Deodoro, S/N - Térreo – Centro. CEP: 45420-000

Site: www.cairu.ba.gov.br

Email: seop@cairu.ba.gov.br

CNPJ:14 235.907/0001-44

Telefone: (75) 3653-2281 pág 37



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

ANEXO II - PLANILHA RESUMO DE COMPOSIÇÃO DA MEMÓRIA DE CÁLCULO

Composição 01 - INSTALAÇÃO DE LIXEIRAS ECOLOGICAS EM MADEIRA PLÁSTICA COM TAMPA, 94 L, COM DIMENSÃO DE 87X22X500, COM SUPORTE H DUPLO EM MADEIRA PLÁSTICA 150X64X9, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL (MORRO DE SÃO PAULO) - UND

	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	TIPO	UND	VALOR UNITÁRIO NÃO DESONERADO	VALOR UNITÁRIO DESONERADO	COEF	VALOR NÃO DESONERADO	VALOR DESONERADO
C		KIT - SUPORTE + LIXEIRA (COMPOSTA COM DUAS LIXEIRAS E SUPORTE EM H DUPLO)	MATERIAL	UND	R\$ 2.651,56	R\$ 2.651,56	1,000	R\$ 2.651,56	R\$ 2.651,56
C	94970 /SINAPI	CONCRETO FCK = 20MPa, TRAÇO 1:2,7:3 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_07/2016	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	m³	R\$ 615,58	R\$ 609,75	0,024	R\$ 14,50	R\$ 14,36
C	103670/ SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	m³	R\$ 369,66	R\$ 351,15	0,024	R\$ 8,70	R\$ 8,27
C	93358 /SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	MOVT - MOVIMENTO DE TERRA	m³	R\$ 103,40	R\$ 98,53	0,024	R\$ 2,43	R\$ 2,32
C	104789/ SINAPI	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES	m³	R\$ 246,54	R\$ 246,54	0,009	R\$ 2,32	R\$ 2,32
C	88309 /SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	R\$ 35,77	R\$ 33,84	1,000	R\$ 35,77	R\$ 33,84
C	88242 /SINAPI	AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	R\$ 26,97	R\$ 28,68	1,000	R\$ 26,97	R\$ 28,68
C	CD001	TRANSPORTE MARÍTIMO COM ESTIVA - T (VALENÇA X PORTO DA GAMBOA)	TRANSPORTE	T	R\$ 155,00	R\$ 155,00	0,157	R\$ 24,27	R\$ 24,27
C	CD002	TRANSPORTE TERRESTRE COM USO DE TRATOR ACOPLADO A CARRETA.	TRANSPORTE	TXKM	R\$ 14,00	R\$ 14,00	1,096	R\$ 15,34	R\$ 15,34
							TOTAL	R\$ 130,30	R\$ 129,40
							BDI	26,37%	26,37%
							TOTAL	R\$ 164,66	R\$ 163,52
							AQ + Serv	R\$ 2.816,22	R\$ 2.815,08



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

Composição 02 - INSTALAÇÃO DE LIXEIRAS ECOLOGICAS EM MADEIRA PLÁSTICA COM TAMPA, 94 L, COM DIMENSÃO DE 87X22X500, COM SUPORTE H DUPLO EM MADEIRA PLÁSTICA 150X64X9, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL (GAMBOA) - UND

	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	TIPO	UND	VALOR UNITÁRIO NÃO DESONERADO	VALOR UNITÁRIO DESONERADO	COEF	VALOR NÃO DESONERADO	VALOR DESONERADO
C		KIT - SUPORTE + LIXEIRA (COMPOSTA COM DUAS LIXEIRAS E SUPORTE EM H DUPLO)	MATERIAL	UND	R\$ 2.651,56	R\$ 2.651,56	1,000	R\$ 2.651,56	R\$ 2.651,56
C	94970 /SINAPI	CONCRETO FCK = 20MPa, TRAÇO 1:2,7:3 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_07/2016	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	m³	R\$ 615,58	R\$ 609,75	0,024	R\$ 14,50	R\$ 14,36
C	103670/ SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	m³	R\$ 369,66	R\$ 351,15	0,024	R\$ 8,70	R\$ 8,27
C	93358 /SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	MOVT - MOVIMENTO DE TERRA	m³	R\$ 103,40	R\$ 98,53	0,024	R\$ 2,43	R\$ 2,32
C	104789/ SINAPI	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES	m³	R\$ 246,54	R\$ 246,54	0,009	R\$ 2,32	R\$ 2,32
C	88309 /SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	R\$ 35,77	R\$ 33,84	1,000	R\$ 35,77	R\$ 33,84
C	88242 /SINAPI	AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	R\$ 26,97	R\$ 28,68	1,000	R\$ 26,97	R\$ 28,68
C	CD001	TRANSPORTE MARÍTIMO COM ESTIVA - T (VALENÇA X PORTO DA GAMBOA)	TRANSPORTE	T	R\$ 155,00	R\$ 155,00	0,157	R\$ 24,27	R\$ 24,27
C	CD002	TRANSPORTE TERRESTRE COM USO DE TRATOR ACOPLADO A CARRETA.	TRANSPORTE	TXKM	R\$ 14,00	R\$ 14,00	0,313	R\$ 4,38	R\$ 4,38
TOTAL								R\$ 119,34	R\$ 118,44
BDI								26,37%	26,37%
TOTAL								R\$ 150,81	R\$ 149,67
AQ + Serv								R\$ 2.802,37	R\$ 2.801,23



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

Composição 03 - INSTALAÇÃO DE LIXEIRAS ECOLOGICAS EM MADEIRA PLÁSTICA COM TAMPA, 94 L, COM DIMENSÃO DE 87X22X500, COM SUPORTE H DUPLO EM MADEIRA PLÁSTICA 150X64X9, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL (ZIMBO) - UND

	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	TIPO	UND	VALOR UNITÁRIO NÃO DESONERADO	VALOR UNITÁRIO DESONERADO	COEF	VALOR NÃO DESONERADO	VALOR DESONERADO
C		KIT - SUPORTE + LIXEIRA (COMPOSTA COM DUAS LIXEIRAS E SUPORTE EM H DUPLO)	MATERIAL	UND	R\$ 2.651,56	R\$ 2.651,56	1,000	R\$ 2.651,56	R\$ 2.651,56
C	94970 /SINAPI	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_07/2016	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	m³	R\$ 615,58	R\$ 609,75	0,024	R\$ 14,50	R\$ 14,36
C	103670/ SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	m³	R\$ 369,66	R\$ 351,15	0,024	R\$ 8,70	R\$ 8,27
C	93358 /SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	MOVT - MOVIMENTO DE TERRA	m³	R\$ 103,40	R\$ 98,53	0,024	R\$ 2,43	R\$ 2,32
C	104789/ SINAPI	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES	m³	R\$ 246,54	R\$ 246,54	0,009	R\$ 2,32	R\$ 2,32
C	88309 /SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	R\$ 35,77	R\$ 33,84	1,000	R\$ 35,77	R\$ 33,84
C	88242 /SINAPI	AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	R\$ 26,97	R\$ 28,68	1,000	R\$ 26,97	R\$ 28,68
C	CD001	TRANSPORTE MARÍTIMO COM ESTIVA - T (VALENÇA X PORTO DA GAMBOA)	TRANSPORTE	T	R\$ 155,00	R\$ 155,00	0,157	R\$ 24,27	R\$ 24,27
C	CD002	TRANSPORTE TERRESTRE COM USO DE TRATOR ACOPLADO A CARRETA.	TRANSPORTE	TXKM	R\$ 14,00	R\$ 14,00	0,783	R\$ 10,96	R\$ 10,96
TOTAL								R\$ 125,92	R\$ 125,02
BDI								26,37%	26,37%
TOTAL								R\$ 159,13	R\$ 157,99
AQ + Serv								R\$ 2.810,69	R\$ 2.809,55



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

Composição 04 - INSTALAÇÃO DE LIXEIRAS ECOLOGICAS EM MADEIRA PLÁSTICA COM TAMPA, 94 L, COM DIMENSÃO DE 87X22X500, COM SUPORTE H DUPLO EM MADEIRA PLÁSTICA 150X64X9, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL (GARAPUÁ) - UND

	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	TIPO	UND	VALOR UNITÁRIO NÃO DESONERADO	VALOR UNITÁRIO DESONERADO	COEF	VALOR NÃO DESONERADO	VALOR DESONERADO
C		KIT - SUPORTE + LIXEIRA (COMPOSTA COM DUAS LIXEIRAS E SUPORTE EM H DUPLO)	MATERIAL	UND	R\$ 2.651,56	R\$ 2.651,56	1,000	R\$ 2.651,56	R\$ 2.651,56
C	94970 /SINAPI	CONCRETO FCK = 20MPa, TRAÇO 1:2,7:3 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_07/2016	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	m³	R\$ 615,58	R\$ 609,75	0,024	R\$ 14,50	R\$ 14,36
C	103670/ SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	m³	R\$ 369,66	R\$ 351,15	0,024	R\$ 8,70	R\$ 8,27
C	93358 /SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	MOVT - MOVIMENTO DE TERRA	m³	R\$ 103,40	R\$ 98,53	0,024	R\$ 2,43	R\$ 2,32
C	104789/ SINAPI	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES	m³	R\$ 246,54	R\$ 246,54	0,009	R\$ 2,32	R\$ 2,32
C	88309 /SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	R\$ 35,77	R\$ 33,84	1,000	R\$ 35,77	R\$ 33,84
C	88242 /SINAPI	AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	R\$ 26,97	R\$ 28,68	1,000	R\$ 26,97	R\$ 28,68
C	CD001	TRANSPORTE MARÍTIMO COM ESTIVA - T (VALENÇA X PORTO DA GAMBOA)	TRANSPORTE	T	R\$ 155,00	R\$ 155,00	0,157	R\$ 24,27	R\$ 24,27
C	CD002	TRANSPORTE TERRESTRE COM USO DE TRATOR ACOPLADO A CARRETA.	TRANSPORTE	TXKM	R\$ 14,00	R\$ 14,00	2,349	R\$ 32,88	R\$ 32,88
								TOTAL	R\$ 147,84
								BDI	26,37%
								TOTAL	R\$ 186,83
								AQ + Serv	R\$ 2.838,39



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

Composição 05 - INSTALAÇÃO DE LIXEIRAS ECOLOGICAS EM MADEIRA PLÁSTICA COM TAMPA, 94 L, COM DIMENSÃO DE 87X22X500, COM SUPORTE H DUPLO EM MADEIRA PLÁSTICA 150X64X9, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL (GALEÃO) - UND

	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	TIPO	UND	VALOR UNITÁRIO NÃO DESONERADO	VALOR UNITÁRIO DESONERADO	COEF	VALOR NÃO DESONERADO	VALOR DESONERADO
C		KIT - SUPORTE + LIXEIRA (COMPOSTA COM DUAS LIXEIRAS E SUPORTE EM H DUPLO)	MATERIAL	UND	R\$ 2.651,56	R\$ 2.651,56	1,000	R\$ 2.651,56	R\$ 2.651,56
C	94970 /SINAPI	CONCRETO FCK = 20MPa, TRAÇO 1:2,7:3 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_07/2016	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	m³	R\$ 615,58	R\$ 609,75	0,024	R\$ 14,50	R\$ 14,36
C	103670/ SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	m³	R\$ 369,66	R\$ 351,15	0,024	R\$ 8,70	R\$ 8,27
C	93358 /SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	MOVT - MOVIMENTO DE TERRA	m³	R\$ 103,40	R\$ 98,53	0,024	R\$ 2,43	R\$ 2,32
C	104789/ SINAPI	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES	m³	R\$ 246,54	R\$ 246,54	0,009	R\$ 2,32	R\$ 2,32
C	88309 /SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	R\$ 35,77	R\$ 33,84	1,000	R\$ 35,77	R\$ 33,84
C	88242 /SINAPI	AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	R\$ 26,97	R\$ 28,68	1,000	R\$ 26,97	R\$ 28,68
C	CD001	TRANSPORTE MARÍTIMO COM ESTIVA - T (VALENÇA X PORTO DO GALEÃO)	TRANSPORTE	T	R\$ 142,50	R\$ 142,50	0,157	R\$ 22,31	R\$ 22,31
C	CD002	TRANSPORTE TERRESTRE COM USO DE TRATOR ACOPLADO A CARRETA.	TRANSPORTE	TXKM	R\$ 14,00	R\$ 14,00	0,157	R\$ 2,19	R\$ 2,19
TOTAL								R\$ 115,19	R\$ 114,29
BDI								26,37%	26,37%
TOTAL								R\$ 145,57	R\$ 144,43
AQ + Serv								R\$ 2.797,13	R\$ 2.795,99



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

Composição 06 - INSTALAÇÃO DE LIXEIRAS ECOLOGICAS EM MADEIRA PLÁSTICA COM TAMPA, 94 L, COM DIMENSÃO DE 87X22X500, COM SUPORTE H DUPLO EM MADEIRA PLÁSTICA 150X64X9, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL (BOIPEBA) - UND

	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	TIPO	UND	VALOR UNITÁRIO NÃO DESONERADO	VALOR UNITÁRIO DESONERADO	COEF	VALOR NÃO DESONERADO	VALOR DESONERADO
C		KIT - SUPORTE + LIXEIRA (COMPOSTA COM DUAS LIXEIRAS E SUPORTE EM H DUPLO)	MATERIAL	UND	R\$ 2.651,56	R\$ 2.651,56	1,000	R\$ 2.651,56	R\$ 2.651,56
C	94970 /SINAPI	CONCRETO FCK = 20MPa, TRAÇO 1:2,7:3 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_07/2016	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	m³	R\$ 615,58	R\$ 609,75	0,024	R\$ 14,50	R\$ 14,36
C	103670/ SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	m³	R\$ 369,66	R\$ 351,15	0,024	R\$ 8,70	R\$ 8,27
C	93358 /SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	MOVT - MOVIMENTO DE TERRA	m³	R\$ 103,40	R\$ 98,53	0,024	R\$ 2,43	R\$ 2,32
C	104789/ SINAPI	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES	m³	R\$ 246,54	R\$ 246,54	0,009	R\$ 2,32	R\$ 2,32
C	88309 /SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	R\$ 35,77	R\$ 33,84	1,000	R\$ 35,77	R\$ 33,84
C	88242 /SINAPI	AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	R\$ 26,97	R\$ 28,68	1,000	R\$ 26,97	R\$ 28,68
C	CD001	TRANSPORTE MARÍTIMO COM ESTIVA - T (VALENÇA X PORTO DE BOIPEBA)	TRANSPORTE	T	R\$ 230,00	R\$ 230,00	0,157	R\$ 36,01	R\$ 36,01
C	CD002	TRANSPORTE TERRESTRE COM USO DE TRATOR ACOPLADO A CARRETA.	TRANSPORTE	TXKM	R\$ 14,00	R\$ 14,00	0,470	R\$ 6,57	R\$ 6,57
TOTAL								R\$ 133,27	R\$ 132,37
BDI								26,37%	26,37%
TOTAL								R\$ 168,41	R\$ 167,28
AQ + Serv								R\$ 2.819,97	R\$ 2.818,84



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

Composição 07 - INSTALAÇÃO DE LIXEIRAS ECOLOGICAS EM MADEIRA PLÁSTICA COM TAMPA, 94 L, COM DIMENSÃO DE 87X22X500, COM SUPORTE H DUPLO EM MADEIRA PLÁSTICA 150X64X9, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL (MORERÉ) - UND

	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	TIPO	UND	VALOR UNITÁRIO NÃO DESONERADO	VALOR UNITÁRIO DESONERADO	COEF	VALOR NÃO DESONERADO	VALOR DESONERADO
C		KIT - SUPORTE + LIXEIRA (COMPOSTA COM DUAS LIXEIRAS E SUPORTE EM H DUPLO)	MATERIAL	UND	R\$ 2.651,56	R\$ 2.651,56	1,000	R\$ 2.651,56	R\$ 2.651,56
C	94970 /SINAPI	CONCRETO FCK = 20MPa, TRAÇO 1:2,7:3 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_07/2016	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	m³	R\$ 615,58	R\$ 609,75	0,024	R\$ 14,50	R\$ 14,36
C	103670/ SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	m³	R\$ 369,66	R\$ 351,15	0,024	R\$ 8,70	R\$ 8,27
C	93358 /SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	MOVT - MOVIMENTO DE TERRA	m³	R\$ 103,40	R\$ 98,53	0,024	R\$ 2,43	R\$ 2,32
C	104789/ SINAPI	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES	m³	R\$ 246,54	R\$ 246,54	0,009	R\$ 2,32	R\$ 2,32
C	88309 /SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	R\$ 35,77	R\$ 33,84	1,000	R\$ 35,77	R\$ 33,84
C	88242 /SINAPI	AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	R\$ 26,97	R\$ 28,68	1,000	R\$ 26,97	R\$ 28,68
C	CD001	TRANSPORTE MARÍTIMO COM ESTIVA - T (VALENÇA X PORTO DE BOIPEBA)	TRANSPORTE	T	R\$ 230,00	R\$ 230,00	0,157	R\$ 36,01	R\$ 36,01
C	CD002	TRANSPORTE TERRESTRE COM USO DE TRATOR ACOPLADO A CARRETA.	TRANSPORTE	TXKM	R\$ 14,00	R\$ 14,00	0,940	R\$ 13,15	R\$ 13,15
TOTAL								R\$ 139,85	R\$ 138,95
BDI								26,37%	26,37%
TOTAL								R\$ 176,73	R\$ 175,59
AQ + Serv								R\$ 2.828,29	R\$ 2.827,15



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

Composição 08 - INSTALAÇÃO DE LIXEIRAS ECOLOGICAS EM MADEIRA PLÁSTICA COM TAMPA, 94 L, COM DIMENSÃO DE 87X22X500, COM SUPORTE H DUPLO EM MADEIRA PLÁSTICA 150X64X9, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL (SÃO SEBASTIÃO) - UND

	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	TIPO	UND	VALOR UNITÁRIO NÃO DESONERADO	VALOR UNITÁRIO DESONERADO	COEF	VALOR NÃO DESONERADO	VALOR DESONERADO
C		KIT - SUPORTE + LIXEIRA (COMPOSTA COM DUAS LIXEIRAS E SUPORTE EM H DUPLO)	MATERIAL	UND	R\$ 2.651,56	R\$ 2.651,56	1,000	R\$ 2.651,56	R\$ 2.651,56
C	94970 /SINAPI	CONCRETO FCK = 20MPa, TRAÇO 1:2,7:3 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_07/2016	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	m³	R\$ 615,58	R\$ 609,75	0,024	R\$ 14,50	R\$ 14,36
C	103670/ SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	m³	R\$ 369,66	R\$ 351,15	0,024	R\$ 8,70	R\$ 8,27
C	93358 /SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	MOVT - MOVIMENTO DE TERRA	m³	R\$ 103,40	R\$ 98,53	0,024	R\$ 2,43	R\$ 2,32
C	104789/ SINAPI	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES	m³	R\$ 246,54	R\$ 246,54	0,009	R\$ 2,32	R\$ 2,32
C	88309 /SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	R\$ 35,77	R\$ 33,84	1,000	R\$ 35,77	R\$ 33,84
C	88242 /SINAPI	AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	R\$ 26,97	R\$ 28,68	1,000	R\$ 26,97	R\$ 28,68
C	CD001	TRANSPORTE MARÍTIMO COM ESTIVA - T (VALENÇA X PORTO DE SÃO SEBASTIÃO)	TRANSPORTE	T	R\$ 267,50	R\$ 267,50	0,157	R\$ 41,89	R\$ 41,89
C	CD002	TRANSPORTE TERRESTRE COM USO DE TRATOR ACOPLADO A CARRETA.	TRANSPORTE	TXKM	R\$ 14,00	R\$ 14,00	0,940	R\$ 13,15	R\$ 13,15
							TOTAL	R\$ 145,73	R\$ 144,83
							BDI	26,37%	26,37%
							TOTAL	R\$ 184,16	R\$ 183,02
							AQ + Serv	R\$ 2.835,72	R\$ 2.834,58



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

Composição 09 - INSTALAÇÃO DE LIXEIRAS ECOLOGICAS EM MADEIRA PLÁSTICA COM TAMPA, 94 L, COM DIMENSÃO DE 87X22X500, COM SUPORTE H DUPLO EM MADEIRA PLÁSTICA 150X64X9, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL (SEDE E TORRINHAS) - UND

	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	TIPO	UND	VALOR UNITÁRIO NÃO DESONERADO	VALOR UNITÁRIO DESONERADO	COEF	VALOR NÃO DESONERADO	VALOR DESONERADO
C		KIT - SUPORTE + LIXEIRA (COMPOSTA COM DUAS LIXEIRAS E SUPORTE EM H DUPLO)	MATERIAL	UND	R\$ 2.651,56	R\$ 2.651,56	1,000	R\$ 2.651,56	R\$ 2.651,56
C		LIXEIRA	MATERIAL	UND	R\$ -	R\$ -	0,000	R\$ -	R\$ -
C	94970/ /SINAPI	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_07/2016	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	m³	R\$ 615,58	R\$ 609,75	0,024	R\$ 14,50	R\$ 14,36
C	103670/ /SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	m³	R\$ 369,66	R\$ 351,15	0,024	R\$ 8,70	R\$ 8,27
C	93358/ /SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	MOVT - MOVIMENTO DE TERRA	m³	R\$ 103,40	R\$ 98,53	0,024	R\$ 2,43	R\$ 2,32
C	104789/ /SINAPI	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES	m³	R\$ 246,54	R\$ 246,54	0,009	R\$ 2,32	R\$ 2,32
C	88309/ /SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	R\$ 35,77	R\$ 33,84	1,000	R\$ 35,77	R\$ 33,84
C	88242/ /SINAPI	AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	R\$ 26,97	R\$ 28,68	1,000	R\$ 26,97	R\$ 28,68
TOTAL								R\$ 90,69	R\$ 89,79
BDI								26,37%	26,37%
TOTAL								R\$ 114,60	R\$ 113,47
AQ + Serv								R\$ 2.766,16	R\$ 2.765,03



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

COMPOSIÇÕES AUXILIARES

COMPOSIÇÃO 9 - TRANSPORTE MARÍTIMO COM ESTIVA - T (VALENÇA X PORTO DA GAMBOA) - T

	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	TIPO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO NÃO DESONERADO	VALOR UNITÁRIO DESONERADO	COEFICIENTE	VALOR NÃO DESONERADO	VALOR DESONERADO
I	INS 01/ PRÓPRIO	Embarcação	SERP - SERVIÇOS PRELIMINARES	T	R\$ 75,00	R\$ 75,00	1,00	R\$ 75,00	R\$ 75,00
I	INS 02/ PRÓPRIO	Estiva - Carga	SERP - SERVIÇOS PRELIMINARES	T	R\$ 40,00	R\$ 40,00	1,00	R\$ 40,00	R\$ 40,00
I	INS 03/ PRÓPRIO	Estiva - Descarga	SERP - SERVIÇOS PRELIMINARES	T	R\$ 40,00	R\$ 40,00	1,00	R\$ 40,00	R\$ 40,00
TOTAL								R\$ 155,00	R\$ 155,00

COMPOSIÇÃO 10 - TRANSPORTE MARÍTIMO COM ESTIVA - T (VALENÇA X PORTO DO GALEÃO) - T

	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	TIPO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO NÃO DESONERADO	VALOR UNITÁRIO DESONERADO	COEFICIENTE	VALOR NÃO DESONERADO	VALOR DESONERADO
I	INS 01/ PRÓPRIO	Embarcação	SERP - SERVIÇOS PRELIMINARES	T	R\$ 62,50	R\$ 62,50	1,00	R\$ 62,50	R\$ 62,50
I	INS 02/ PRÓPRIO	Estiva - Carga	SERP - SERVIÇOS PRELIMINARES	T	R\$ 40,00	R\$ 40,00	1,00	R\$ 40,00	R\$ 40,00
I	INS 03/ PRÓPRIO	Estiva - Descarga	SERP - SERVIÇOS PRELIMINARES	T	R\$ 40,00	R\$ 40,00	1,00	R\$ 40,00	R\$ 40,00
TOTAL								R\$ 142,50	R\$ 142,50



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

COMPOSIÇÃO 11 - TRANSPORTE MARÍTIMO COM ESTIVA - T (VALENÇA X PORTO DE BOIPEBA) - T

	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	TIPO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO NÃO DESONERADO	VALOR UNITÁRIO DESONERADO	COEFICIENTE	VALOR NÃO DESONERADO	VALOR DESONERADO
I	INS 01/ PRÓPRIO	Embarcação	SERP - SERVIÇOS PRELIMINARES	T	R\$ 150,00	R\$ 150,00	1,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00
I	INS 02/ PRÓPRIO	Estiva - Carga	SERP - SERVIÇOS PRELIMINARES	T	R\$ 40,00	R\$ 40,00	1,00	R\$ 40,00	R\$ 40,00
I	INS 03/ PRÓPRIO	Estiva - Descarga	SERP - SERVIÇOS PRELIMINARES	T	R\$ 40,00	R\$ 40,00	1,00	R\$ 40,00	R\$ 40,00
TOTAL								R\$ 230,00	R\$ 230,00

COMPOSIÇÃO 12 - TRANSPORTE MARÍTIMO COM ESTIVA - T (VALENÇA X PORTO DE SÃO SEBASTIÃO) - T

	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	TIPO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO NÃO DESONERADO	VALOR UNITÁRIO DESONERADO	COEFICIENTE	VALOR NÃO DESONERADO	VALOR DESONERADO
I	INS 01/ PRÓPRIO	Embarcação	SERP - SERVIÇOS PRELIMINARES	T	R\$ 187,50	R\$ 187,50	1,00	R\$ 187,50	R\$ 187,50
I	INS 02/ PRÓPRIO	Estiva - Carga	SERP - SERVIÇOS PRELIMINARES	T	R\$ 40,00	R\$ 40,00	1,00	R\$ 40,00	R\$ 40,00
I	INS 03/ PRÓPRIO	Estiva - Descarga	SERP - SERVIÇOS PRELIMINARES	T	R\$ 40,00	R\$ 40,00	1,00	R\$ 40,00	R\$ 40,00
TOTAL								R\$ 267,50	R\$ 267,50

COMPOSIÇÃO 12 - TRANSPORTE TERRESTRE COM USO DE TRATOR ACOPLADO A CARRETA - TXKM

	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	TIPO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO NÃO DESONERADO	VALOR UNITÁRIO DESONERADO	COEFICIENTE	VALOR NÃO DESONERADO	VALOR DESONERADO
I	INS 02/ PRÓPRIO	FRETE TRATOR COM CARRETA INCLUSO CARGA E DESCARGA	SERP - SERVIÇOS PRELIMINARES	T x Km	R\$ 14,00	R\$ 14,00	1,00	R\$ 14,00	R\$ 14,00
TOTAL								R\$ 14,00	R\$ 14,00



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES**

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

(Em papel timbrado da licitante)

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026.

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ/CGC (MF) nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, estabelecida no(a) _____, em conformidade com o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026.

Portanto, oferecemos a esse Órgão o preço a seguir indicado, para a realização dos fornecimentos descritos no ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA:

1 - PROPOSTA DE PREÇOS

A empresa deverá fornecer proposta de preço conforme Termo de Referência

2 - CONDIÇÕES GERAIS DA PROPOSTA:

- a) a presente proposta é válida por 60 (sessenta) dias contados da data de sua apresentação;
- b) o valor do preço unitário e o valor total estão detalhados nesta proposta de preço, nos quais estão Incluídas todas as despesas diretas e indiretas, além de sua remuneração, inclusive impostos, taxas de qualquer natureza, contribuições, alvarás, mão de obra, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, embalagens, transportes, seguros, peças de reposição, materiais/serviços utilizados na manutenção e quaisquer outras despesas necessárias que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação para o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.

3 - PELO PRESENTE TERMO DECLARAMOS E GARANTIMOS QUE:

- a) examinamos cuidadosamente todo o Edital e Anexos e aceitamos todas as condições nele estipuladas e que, ao assinarmos este Termo, renunciamos ao direito de alegar discrepância de entendimento com relação ao Edital;
- b) cumprimos plenamente as disposições normativas relativas ao trabalho do menor, contida na Lei n.º 9.854, de 27/10/1999 e na Constituição Federal de 1988;
- c) em nossa proposta estão incluídas todas as despesas referentes à execução do objeto licitado, bem como todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outras despesas que incidam ou venham incidir sobre o referido objeto;
- d) informaremos a existência de fato superveniente impeditivo de nossa habilitação, caso venha a ocorrer.

4 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- a) O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada, ou no prazo previsto no edital, após a devida conferência e liberação do órgão solicitante e/ou fiscalizador.

5 - OS DADOS DA NOSSA EMPRESA SÃO:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

- a) Razão Social: _____;
- b) CNPJ (MF) nº: _____;
- c) Inscrição Estadual nº: _____;
- d) Endereço: _____;
- e) Fone: _____ Fax (se houver): _____;
- f) CEP: _____; e
- g) Cidade: _____ Estado: _____;
- h) Banco _____ Agência nº: _____ Conta nº: _____.
- i) Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias, contado da data da entrega de seu respectivo envelope;

CAIRU/BA, ____ de _____ de _____.

Assinatura e carimbo
(Representante legal)



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES**

**EDITAL Nº 0192026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 305/2026**

ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAIRU, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Marechal Deodoro, nº. 03, Centro, Cairu, Estado da Bahia, CEP 45.420-000, inscrito no CNPJ nº 14.235.907/0001-44, representado neste ato, nos termos do Decreto Municipal Nº 702, de 06 de agosto de 2021, pelo Secretário de Ordem Pública, Senhor **ÂNGELO CÉSAR SANTIAGO FAHNING**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 60.XXX.XXX-0, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob nº 943.XXX.XXX-91.

CONTRATADA: empresa, situada à, inscrita no CNPJ sob o nº., inscrição estadual sob o nº. e inscrição municipal sob o nº

REPRESENTANTES LEGAIS: Senhor(a). xxxxxxxxxxxx, portador(a) do documento de identidade nºxxxxxxxxxxxxx, emitido pela xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxx.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de lixeiras públicas, destinadas ao acondicionamento de resíduos sólidos, com foco na coleta seletiva, a serem implantadas em vias públicas, praças, praias, áreas turísticas e demais espaços de uso coletivo do Município de Cairu – BA, conforme condições, especificações e quantitativos estabelecidos neste instrumento. A contratação visa atender às necessidades da Secretaria Municipal de Ordem Pública do Município de Cairu, Estado da Bahia, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência, no edital e em seus anexos, em observância à legislação aplicável

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O PROCESSO ADMINISTRATIVO nº XXX/2026, datado de XX/XX/2026 relativo à Licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2026, realizada de forma ELETRÔNICA, no sistema LICITANET, fundamentada no artigo 28, Inciso I, da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores

1.2.2. O Termo de Referência;

1.2.3. O Edital da Licitação Nº XXX/2026;

1.2.4. A Proposta do contratado;

1.2.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **60 (SESSENTA)** meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

3.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput);

3.3. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

3.4. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterá o detalhamento dos serviços executados, sendo que o "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os serviços efetivamente prestados.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

- 3.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 3.6. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 3.7. Não produziu os resultados acordados;
- 3.8. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 3.9. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.
- 3.10. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
- 3.11. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 3.12. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
- 3.13. Nenhum pagamento isentará o PRESTADOR DE SERVIÇO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.
- 3.14. Em conformidade com a legislação vigente, será permitido reajuste dos preços contratados, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano a contar da data da proposta ou do último reajuste.
- 3.15. Os preços serão reajustados pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, ou na sua falta, de acordo com o índice que legalmente vier a lhe substituir, ocorrida no período acumulado em 12 (doze) meses, adotando-se a seguinte fórmula:
$$pr = p + (P \times V),$$

Onde: Pr preço reajustado; p = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida (acumulado nos últimos doze meses),
onde (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente de reajuste
- 3.16. A CONTRATADA, para obter direito à correção, deverá pleiteá-la por meio de correspondência à PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU, explicitando a forma de aplicação do índice e o valor reajustado em até 02 (duas) casas decimais.
- 3.17. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito;
- 3.18. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.
- 3.19. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, qualquer proposição de fornecimentos e serviço em desacordo com as especificações.
- 3.20. Para o serviço constante do objeto deste termo deverão estar incluídos todos os custos, transporte, frete, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o objeto.
- 3.21. Ficarão por conta da Contratada todas e quaisquer DESPESAS necessárias, para a execução do objeto licitado, inclusive as despesas com transportes e pessoal para o devido fornecimento.
- 3.22. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 3.23. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
- O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
 - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

- 3.24. A Contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 3.25. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 3.26. Somente a Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
- 3.27. A inadimplência da contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 3.28. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).
- 3.29. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).
- 3.30. O contratado designará formalmente o preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 3.31. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º).
- 3.32. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

4. DA FISCALIZAÇÃO

As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

- 4.1. A Gestão do presente contrato será exercida pelo senhor Ângelo César Santiago Fahning, devendo dentre as atribuições previstas para a gestão realizar os seguintes procedimentos:
- a) ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
 - b) à concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;
 - c) à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
 - d) aos depósitos do FGTS; e
 - e) ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato
- 4.1.1. Solicitar, por amostragem, aos empregados da contratada, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio da apresentação de extratos, de forma que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação, o que não impedirá que a análise de extratos possa ser realizada mais de uma vez em relação a um mesmo empregado;
- 4.1.2. Oficiar os órgãos responsáveis pela fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS.
- 4.2. A fiscalização técnica exigida pelo CREA/BA será exercida através XXXXX, a quem incumbirá:
- a) Proceder com o registro
 - b) Avaliar constantemente a execução do objeto;
 - c) Monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
 - d) Apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada
 - e) Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

- f) Recusar os serviços que não tenham sido executados de acordo com as condições especificadas neste Contrato.
 - g) Aprovar os boletins de medição e encaminhá-los juntamente com as faturas para providências relativas ao pagamento.
- 4.3. A fiscalização Administrativa do contrato se dará através da Secretaria Municipal de Ordem Pública sob a responsabilidade direta da servidora Elinalva Souza Santos com poderes para:
- a) Comunicar à Gestão do Contrato quaisquer irregularidades encontradas na execução dos serviços, sugerindo prazos para que a Contratada adote as providências para que as mesmas sejam regularizadas;
 - b) Notificar, advertir e denunciar o contratado em caso de descumprimento dos itens constantes neste contrato;
 - c) Promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos § 1º do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021;
 - d) Receber os boletins de medição acompanhados da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), certidões de regularidade fiscal e trabalhista e encaminhar para a fiscalização Técnica

5. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação, salvo expressa autorização do **CONTRATANTE**.

6. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

6.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

7.1. A CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE, até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, a Nota Fiscal/Fatura, a fim de que sejam adotadas as medidas afetas ao pagamento

7.2. O pagamento será efetivado após a Nota Fiscal/Fatura ser conferida, aceita e atestada pelo Fiscal do contrato e ter sido verificada a regularidade da CONTRATADA, mediante consulta das Certidões que atestam a Regularidade Fiscal, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas – CNDT, para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais e federais.

7.3. Os respectivos documentos de consulta e às demais certidões deverão ser anexados ao processo de pagamento.

7.4. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pelo Fiscal à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE

7.5. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo da nota fiscal.

7.6. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.9. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.10. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

8.1. O objeto desta licitação será contratado pelo preço ofertado na proposta da licitante vencedora, que será fixo e irrevogável pelo período de 12 (doze) meses.

8.2. Será admitida a repactuação dos preços dos serviços contratados, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

8.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data do orçamento a que a proposta se referir, sendo certo que se considera como data do orçamento aquela do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta.

8.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

8.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas.

8.6. A CONTRATADA poderá exercer, perante a CONTRATANTE, seu direito à repactuação, da data do registro da convenção ou acordo coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que, se não o fizer de forma tempestiva, e, por via de consequência, prorrogar o contrato sem pleitear a respectiva repactuação, ocorrerá a preclusão de seu direito de repactuar. (Acórdão n.º 1.828/2008 – TCU/Plenário e IN SLTI n.º 02/2008).

8.6.1. As repactuações a que a CONTRATADA fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato, também serão objeto de preclusão com o encerramento do contrato.

8.7. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

8.7.1. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva, o que deverá ser comprovado com a cópia do documento legal que lhe deu ensejo.

8.8. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

8.9. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.11. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1. Acompanhar e fiscalizar o contrato por 01 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7.º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição;

9.2. Proporcionar todas as condições necessárias, para que a CONTRATADA possa cumprir o estabelecido no contrato;

9.3. Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual, que venham a ser solicitados pela Contratada;

9.4. Notificar, por escrito, a Contratada na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução do contrato, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas neste Termo de Referência;

9.5. A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

9.6. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

9.7. Atestar as Faturas /Notas Fiscais

9.8. Efetuar os pagamentos pelos serviços prestados e/ou fornecimentos, dentro dos prazos previstos no contrato, no edital e na legislação;

9.9. Exercer o acompanhamento e a fiscalização, por servidores especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.10. Publicar o resumo do Contrato e os Aditamentos que houver, no Diário Oficial do Município, conforme determina a Lei 14.133/2021.

9.11. Averiguar com antecedência a idoneidade e a regularidade da empresa aos propósitos do edital.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

- 9.12. Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- 9.13. Comunicar à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, em obediência ao princípio da probidade administrativa, para que esta efetue a exclusão de ofício do Simples Nacional, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, caso a CONTRATADA optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado no subitem 6.80.
- 9.14. Analisar a documentação solicitada no subitem 6.70.2 no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 9.14.1. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, deverá oficiar ao Ministério da Previdência Social e à Receita Federal do Brasil – RFB;
- 9.14.2. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, deverá oficiar ao Ministério do Trabalho e Emprego.
- 10. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**
- 10.1. Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento do material contratado, exceto quando isso ocorrer por exigência da Contratante ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas à contratante no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- 10.2. Prestar os serviços em conformidade com as quantidades estabelecidas no presente termo de referência;
- 10.3. Iniciar os serviços no primeiro dia útil subsequente ao recebimento da ordem de serviços (nota de empenho/assinatura do contrato), observando-se todos os prazos estabelecidos neste termo de contrato.
- 10.4. Realizar a instalação, manutenção, conservação, remoção e substituição das lixeiras conforme orientações da fiscalização contratual;
- 10.5. Manter sede, base operacional ou unidade de apoio regional apta ao atendimento das demandas do Município;
- 10.6. Manter estoque mínimo de tampas, suportes e estruturas a fim de garantir reposição rápida.
- 10.7. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital (Art. 92, inciso XVI, da Lei 14.133/2021).
- 10.8. Elaborar plano executivo de trabalho no prazo máximo de 90 dias após o início das operações.
- 10.9. Responder, por quaisquer danos que venham a causar à União, Estado, Município ou a terceiros, em função do objeto do contrato firmado.
- 10.10. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrente do cumprimento das obrigações assumidas sem qualquer ônus à CONTRATANTE.
- 10.11. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 10.12. Indenizar, inclusive a terceiros, em consequência de eventuais danos materiais ou institucionais, causados pela CONTRATADA ou seus prepostos, na execução de suas atividades.
- 10.13. Fazer com que os empregados exerçam suas atividades uniformizados em padrão único e utilizem os equipamentos de segurança obrigatórios.
- 10.14. Arcar com todos os custos inerentes à execução do serviço.
- 10.15. Executar os serviços objeto deste termo de acordo com as especificações e/ou normas da ABNT;
- 10.16. Disponibilizar o material de consumo necessário para a realização dos serviços;
- 10.17. Arcar com todas as despesas decorrentes de transporte, alimentação, assistência médica e de pronto socorro de seus empregados;
- 10.18. Promover, por sua conta e risco, o transporte de seus empregados, dos equipamentos, materiais e utensílios necessários à execução dos serviços objeto deste Contrato;
- 10.19. Responder pelas obrigações, despesas, encargos trabalhistas, securitários, previdenciários e outros, na forma da legislação em vigor relativo aos empregados utilizados na execução dos serviços ora contratados, sendo-lhe defeso invocar a existência desse contrato para tentar eximir-se daquelas obrigações ou transferi-las à contratante;
- 10.20. Zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo Contratante, atendendo prontamente as observações e exigências que lhe forem solicitadas;
- 10.21. Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente termo, inclusive as obrigações sociais e previdenciárias e trabalhistas dos seus empregados;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

- 10.22. Apresentar, sempre que solicitado pela Contratante, folha de pagamento de seus empregados, Guias de Recolhimento das Contribuições Sociais e previdenciárias (INSS, FGTS e PIS), sob pena, em caso de recusa ou falta de exibição dos mesmos, de ser susgado o pagamento de quaisquer faturas que lhes forem devidas, até o cumprimento desta obrigação;
- 10.23. Comunicar ao Contratante, qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços, objeto do presente termo de referência, provocada por empregados da Contratada, inclusive indicando o nome do responsável;
- 10.24. Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás, necessários à execução dos serviços objeto do presente contrato, efetuando pontualmente todos os pagamentos de taxas e impostos que incidam ou venham incidir sobre as suas atividades;
- 10.25. Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo, de qualquer natureza, causados à contratante e/ou a terceiros por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria, ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade na execução dos serviços contratados;
- 10.26. Observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas a prestação dos seus serviços; cumprir rigorosamente as disposições da Lei Federal nº 14.133/21.
- 10.27. Obrigação do contratado de exibir os instrumentos de rescisão de contratos de trabalho vinculados à execução do contrato;
- 10.28. Registrar o Contrato no CREA e apresentar o comprovante de pagamento da "Anotação de Responsabilidade Técnica", antes da emissão da primeira fatura.
- 10.29. Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantir a salubridade e a segurança nos acampamentos e nos canteiros de serviços.
- 10.30. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações Fiscal, Previdenciária, Trabalhista e Comercial, inclusive os decorrentes de acidentes de trabalho;
- 10.31. No cumprimento das exigências de segurança, o prestador de serviço deverá elaborar e implementar, de acordo com as normas legais e regulamentares do Ministério do Trabalho e com as da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT pertinentes, em especial Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR); Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO); e Plano de Controle Contra Incêndio (PCI).
- 10.32. A Administração, através de prepostos, por ocasião de cada fiscalização dos serviços contratados, procederá o levantamento dos nomes completos de todos os trabalhadores que se encontram em atividade no local de trabalho, elaborando documento que contenha a lista de tais trabalhadores, verificando a utilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPI pelos mesmos, informando na referida lista a utilização ou não do EPI por cada trabalhador identificado;
- 10.33. Obrigação do órgão ou entidade contratante de suspender os pagamentos devidos ao contratado, caso haja o descumprimento das cláusulas indicadas acima.

11. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 11.6. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 11.7. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

11.8. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.8.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.9. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.10. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional

12. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

13. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

13.1. Comete infração administrativa a CONTRATADA que:

- 13.1.1. Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 13.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 13.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 13.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 13.1.5. Cometer fraude fiscal e
- 13.1.6. Não mantiver a proposta.

13.2. Em caso de infração administrativa, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, nos termos da legislação aplicável;

13.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Administração;

13.2.2. Multa:

- d) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, data a partir da qual o atraso será configurado como inexecução total do objeto;
- e) Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- f) Em caso de outras hipóteses de inexecução parcial, poderá ser aplicada multa compensatória de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, respeitados critérios de razoabilidade e proporcionalidade, considerando os impactos da obrigação inadimplida.

13.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a unidade CONTRATANTE pelo prazo de até dois anos;

13.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Cairu pelo prazo de até dois anos;

13.2.5. As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.2.3 e 12.2.4 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa.

13.2.6. Eventuais multas aplicadas poderão ser descontadas de pagamentos a serem efetuados.

13.2.7. Também ficam sujeitas às penalidades listadas as empresas ou profissionais



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES**

que:

- d) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- e) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos desta contratação;
- f) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na legislação aplicável.

13.4. A penalidade prevista no item 11.2.4 será aplicada por intermédio de deliberação da Administração da Câmara, após regular instrução de processo administrativo de apuração de irregularidade pela unidade CONTRATANTE.

13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade

14. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.5.3. Indenizações e multas.

14.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

15. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE GESTORA	FONTE	PROJETO/ ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA/ NATUREZA DA DESPESA



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis, Constituição Federal, Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na instrução Normativa nº 05/2017 e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

19. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Valença, Estado da Bahia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Cairu- Bahia, xxxx de xxxxx de 2026

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF nº: XXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF nº: XXXXXXXXXXXXXXXX